

Martim Francisco e a dívida externa

JORNAL DO BRASIL

Barbosa Lima Sobrinho

Não foi o professor de Economia Política da antiga Escola Politécnica, Vieira Souto, o primeiro brasileiro a salientar os riscos e inconvenientes dos empréstimos externos. Muito antes dele o fizera Martim Francisco Ribeiro de Andrada, não só com a autoridade de ministro da Fazenda da Independência como numa carta redigida em Bordeaux, quando no exílio, e endereçada a Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, e divulgada nas *Cartas Andradinas*, que a Biblioteca Nacional havia comprado a Melo Moraes Filho. Antes da *Carta*, Martim Francisco, diante de uma dessas situações aflitivas, frequentes no Tesouro Nacional, optara por um empréstimo interno, rapidamente coberto pelos subscritores. Não compreendo por que um dos descendentes de Martim Francisco, o também ministro da Fazenda e ex-governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, não fez referência expressa a esse importante documento, no seu estudo *O Ministro da Fazenda da Independência e da Maioridade*, publicado em 1918 pelo editor Jacinto Ribeiro dos Santos. Nessa carta, mais do que em muitas outras manifestações de Martim Francisco, temos a comprovação da sua visão de estadista.

Cabe, pois, recordar esse importante documento, numa hora em que o Brasil se debate angustiado, em face de uma dívida que não tem condições de pagar, e contraída por uma série de governantes que não tinham a mesma visão de Martim Francisco. Que me perdoem os leitores a extensão da transcrição. Escrevia então esse grande brasileiro, exilado na França, ao seu amigo Menezes que "sempre que o senhor e meus colegas, arrastados pelo exemplo quotidiano dos Estados novos e velhos, propuseram em Conselho um empréstimo para o Brasil, pude, com argumentos sem réplica, estorvar medida tão perniciosa. Estou e sempre estive convencido que a teoria de empréstimo era um abismo, em que mais cedo, ou mais tarde, deviam ser precipitadas todas as nações; que os governos, nunca os adotaram senão para oprimir mais facilmente os povos; que um empréstimo contraído por qualquer Estado é um sintoma de prodigalidade do seu governo, ou a morte deste espírito de ordem e de economia, primeira base de toda a boa administração financeira; que os empréstimos concorrem a excitar a sórdida cobiça dos cidadãos, e a amortecer em seus corações o sentimento desinteressado do amor da pátria; que as chamadas despesas extraordinárias são pérolas douradas, engulidas por povos boçais, porque de comum nenhuma há, que não tenha sido prevista com antecipação pelos olhos perspicazes da política e que se não possa remediar sem o cancro dos empréstimos; que, finalmente, os povos quando querem ser livres têm muitos recursos em si próprios; os gregos, abandonados de toda a Cristandade, têm resistido às forças da Porta, e não é o empréstimo presente que os há de salvar; os espanhóis, que não estavam maduros, caíram, e o empréstimo não os salvou; o Brasil resistiu a Portugal e prosperou sem empréstimos, e jaz, hoje, no estado mais calamitoso com ele. Se destes princípios gerais, com que combatia semelhante projeto, eu descia a miúdas considerações sobre a situação política do Brasil, naquele tempo, eu via o povo contente e concorrendo com subscrições voluntárias para as novas precisões do Estado; via os melhoramentos e reformas da

administração produzindo um progresso quase incalculável nas suas rendas e estas bastando a tudo; via Portugal cada vez mais fraco e decrépito, seus exércitos sacudidos do Brasil e o de Montevideu prestes a sofrer a mesma sorte, e com a sua saída o termo da grande dívida que nos devorava; via, por último, o Brasil livre de outros inimigos e cada vez mais forte pela união sucessiva de todas as províncias, e concluía, de tudo, que não havia necessidade de contrair empréstimos. Neste tempo deixava de juntar, a todas essas razões, outra também de grande peso e vinha a ser o cabal conhecimento que, no dia 30 de outubro, tive das sinistras intenções do momento, e o grande risco que corria a causa pública, e nas suas mãos se depositassem novos sobescritos de força".

E continua, na sua análise implacável: "O Conselho então anuiu às minhas ponderações; o despota, bem mau grado seu; aquiescia a tudo, e a questão do empréstimo dava em água de barreira. Note que já então o Felisberto, sem ter ordem, escrevia ao ministério, fazendo ver a necessidade de um empréstimo; entendia-se com os capitalistas de Londres e os forçava a escrever com o oferecimento das mesmas condições, que ele agora aceitou; ele, pois, levava rasca no negócio. Note bem que eu o recusei com o prêmio de 5 por 100 e os juros de 5 por 100, peso metálico por peso metálico; que não havia moeda, em baixa, fabricada em Londres; que não havia dividendos retidos, nem as usuras de 300.000 adiantadas, e nem as comissões etc. dos Felisbertos e outras *ejusdem furfuris*. Note finalmente que então não havia uma Constituição que vedasse ao governo semelhante medida, e que, para encarregar-se de contrair o dito empréstimo, tinha vindo ao Rio, de propósito, um sujeito capaz, cujo nome calo. A nada disso atendi; recusei o empréstimo, com tão favoráveis condições, e disse a José que Felisberto, pelos fatos acima referidos e por outros, de conhecida ignorância, ou de notória lesão dos interesses do Brasil, devia ser mandado recolher."

Essa a parte essencial da carta de Martim Francisco. O José a que ele se reporta era o seu irmão, José Bonifácio. E o Felisberto era nada menos do que o futuro marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, que assim consolidava, ou aumentava, a sua grande fortuna, com a comissão recebida nesse primeiro empréstimo externo, contraído pelo Brasil independente. E será que poderá haver empréstimos sem comissões, e sem solertes aproveitadores? Na verdade, comissões para uns, e exílio para outros, que a eles se oponham, como era o caso de Martim Francisco. Por sinal que a Constituição de 1824 subordinava os empréstimos externos à autorização pelo Poder Legislativo, que no Brasil não existia, desde que fora dissolvida a Assembléia Constituinte, por um ato despótico de Pedro I.

Recebeu o Brasil 2.450.000 libras esterlinas, pelas quais, com o correr do tempo, teve que pagar nada menos de 9 milhões de libras, com um valor crescente, por força da variação do câmbio, para se ver como é dispendioso esse recurso à "poupança externa", de que falam hoje, com uma comovente candura angélica. Em moeda nacional, esses 9 milhões de libras esterlinas se traduziram, no cálculo de Castro Carreira, em cerca de seis vezes o dinheiro que entrara no Brasil: Em moeda nacional, 12.397 contos na entrada e, no final, 60.306 contos pagos pelo Brasil. Esse é o retrato dessa famosa poupança externa, de que nos falam alguns comentadores pitorescos.